

Programa de Política Económica e Social do
Governo Provisório

Deu
um bo
posicion
p. ex. a
evoluc
normal d
reclusp

1. As condições em que decorreu a vida política prolongada entre o "25 de Abril" e o "28 de Setembro" não permitiu que se definissem com suficiente rigor os parâmetros de uma política económica e social voltada para o futuro, como embora o "Programa do MFA", ainda que em termos genéricos, apontasse claramente para uma via progressista que respeita à formulação das grandes orientações do sistema económico e social que o País deveria adoptar. ~~Com efeito~~ ^{Não com efeito} o "Programa do MFA", ao abordar esta matéria, diz ~~expressamente~~ expressamente:

"O Governo Provisório lançou o fundamento de:

a) _____

Fundação Cuidar o Futuro

b) _____

"

2. Por outro lado, o Programa do 1º Governo Provisório, alegando o seu carácter transitório, refere a impossibilidade de proceder a grandes "reformas de fundo", o que serviu de ^{razão} pretexto e causa das hesitações, dúvidas e incertezas que se têm verificado, a nível do poder político, quanto à definição de uma estratégia de desenvolvimento que ~~seja~~ ^{seja} interpretada correctamente o espírito e a letra do "Programa do MFA".

Dia, a prática política dos últimos meses tem vindo a demonstrar, de forma irrefutável, a inevitabilidade da não adopção, desde agora, de profundas reformas ^{económicas e sociais} ~~políticas e económicas~~, sob pena de se não atingirem os objectivos fundamentais da "Revolução do 25 de Abril", que apontam essencialmente para a democratização, a todos os níveis, da sociedade portuguesa.

O processo de descolonização, em curso, é, talvez, o primeiro e mais espectacular exemplo de uma "reforma de fundo", que se vai operando a passos firmes. "Reforma" que a história, a moral e o direito reclamavam, e sem a qual jamais seria possível a efectiva democratização do País. Se a descolonização não tiverem democratização: este foi e continua a ser um postulado fundamental de toda o ^{processo} ~~processo~~ revolucionário iniciado em 25 de Abril.

Contudo, e apesar de todas as contradições do processo político, muitas outras transformações se foram operando nos últimos meses, tanto a nível das instituições como das diferentes situa-

lutas do corpo político e social, que revelam claramente
o sentido e a profundidade das mudanças reali-
zadas; em aplicação do "Programa do MFA",
~~institucionalizaram-se~~ ^{consolidam-se} progressivamente as liberdades
públicas, ²⁾ prepararam-se eleições livres que há-de
dotar o país de instituições capazes de consagrar, na
prática, uma verdadeira democracia política, ³⁾ desman-
tela-se o aparelho corporativo ⁴⁾ organizam-se os
novos moldes, mais conformes com a nova ordem de-
mo-crática, as relações sociais no aparelho produtivo.

Para um país que saiu, repentinamente, de 48 anos
de autocracia e obscurantismo, tendo em conta a
via escolhida - revolução não violenta, liderada pe-
las Forças Armadas, com apoio incondicional, desde
a primeira hora, da "esmagadora maioria da popula-
ção" - e considerando os factores condicionantes da
nossa posição geográfica, da tradição histórica, da
cultura, da Fundação Cuidado o Futuro, não parece con-
cebível, nem desejável, nem realista, Ter-se ido mais
longe do que se foi nas reformas ~~até~~ realizadas no
campo político. Tem-se a consciência de que se foi
tão longe quanto se deveria e poderia ter ido, aliás em
completa identificação com o "Programa do MFA", e que
o caminho já percorrido traduz afinal o "espírito
revolucionário" do referido Programa, que implicava e
implica a adopção de profundas reformas políticas,
condição necessária, embora não suficiente, para a
institucionalização da democracia política em Por-
tugal.

3. Mas, a democracia real, além da componente política,
exige, para se realizar, a componente económica e
social. Por outras palavras, sem democracia económica

Significativo
após as
lutas
de 25 de
julho

e social é utópica e realização da democracia política.

Esta mesma ideia ~~essencial~~ nuclear resulta da parte do "Programa do MFA" que trata da "nova política económica", ao pôr o acento sobre a necessidade de colocar essa política económica "ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas" e na necessidade de uma "estratégia anti-inflacionista".

Se a democratização da vida política, tal como a descolonização, não se poderam operar sem reformas profundas introduzidas na sociedade portuguesa, a democratização da vida económica - parte integrante do processo global em curso, ~~está~~ inextricavelmente articulada às outras duas componentes da democratização real do País - passa, necessariamente, pela adopção de reformas profundas que orientem o sistema económico na via apontada pelo "Programa do MFA".

^{De facto} ~~Aparentemente~~, uma "nova política económica" significa a ruptura com um sistema que se considerava não só caduco, inoperante e corrupto, como essencialmente colocado ao serviço de estratos da população que acumulavam privilégios e benefícios em detrimento sistemático da ~~uma~~ grande maioria do povo português. Ruptura que não significa, fatalmente, trajectórias violentas e bruscas, nem sequer mudanças radicais da ordem jurídica pré-existente, nomeadamente quanto ao direito de propriedade. O "25 de Abril" não pôz em causa o direito à propriedade privada, como não recusa, muito pelo contrário, o direito à livre iniciativa e à autonomia das decisões individuais e privadas. O ^{posterior} "25 de Abril" trouxe de novo, e o "28 de Setembro" procedeu a confirmá-las e reforçá-las, é que a "nova política económica" que se

→ (XX) Por isso se pode deixar já ^{a iniciativa privada,} afirmar a garantia de
adunçar livre seguindo as regras específicas da
economia mercado, em todo o vasto campo que
fica aberto à discussão, competência e iniciativa
dos empresários, sem prejuízo ~~da~~
da intervenção do Estado em setores, considerados
estratégicos e cuja caracterização será feita neste
Programa com toda a clareza.

Fundação Cuidar o Futuro

que por essa marcha, orientará o País no sentido de
uma sociedade mais igualitária e mais justa.

Se assim uma política estará de facto "a serviço do
povo português" e "em particular, das camadas da
população até agora mais desfavorecidas".

O que as transformações revolucionárias operadas na
sociedade portuguesa trouxeram, ainda, de novo, foi
a vontade política do prosseguimento de uma "estraté-
gia antimonopolista", instrumento essencial para se
vir a alcançar realmente uma "sociedade mais iguali-
tária e mais justa".

A adopção de uma "estratégia antimonopolista" signi-
fica, de facto, o controle e orientação do poder económico
pelo poder político. Mas, este controle e orientação do
poder económico pelo poder político, chave de estratégia
antimonopolista, representa por si só uma reforma muito
fundada do sistema. Reforma que não se produz de modo
brusco e violento mas que não por isso é menos revolu-
cionária. Foi em nome de se falar em "estratégia", ao
colocar-se o problema do "antimonopolismo", querendo
com isto dizer-se que as mudanças a introduzir no
sistema se projectam no tempo, tendo em conta im-
meras variáveis, tanto de natureza política, como eco-
nómica e social, e serão concebidas e realizadas em
função de um projecto de sociedade.

5. Contudo, a elaboração sistemática e coerente desse
"projecto de sociedade" não pode obedecer, no caso por-
tuguês, a esquemas pré-estabelecidos, ou copiar modelos
já existentes. O "Programa do ATTA" próprio, tendenci-
almente, uma via socializante para a construção de
uma nova sociedade em Portugal, o que traduz a opção
clara por "um modelo que se consome" à medida do din-
âmico criado no próprio processo de transformação da

Sociedade global.

Seiêdo assim, a definiçãõ de um "projecto de sociedade" implicaria um debate profundo e alargado, prolongado no tempo, tanto mais fecundo quanto maior for o grau de consciência política das grandes massas da população portuguesa. Defini-lo, neste momento, seria realmente impedir a participação do maior número na consciênçãõ do seu próprio destino; implicaria ainda, transformações estruturais, e que ultrapassaria em muito o mandato recebido pelo MFA e pelo Governo lres vivo.

Daqui resultã a dificuldade, seuã merã a impossibilidade, da elaboraçãõ de um "modelo de desenvolvimento" que corresponderia integralmente à necessidade de democratizaçãõ efectiva do sistema econõmico e social.

Mas nada impede, tendo em consideraçãõ tudo quanto ficou dito sobre a inevitabilidade e a coesênçia das reformas de fundo correspondentes ao espirito revolucionário do "Programa do MFA", que o futuro do País, a médio prazo, seja projectado e assumido a forma de um Plano.

o fim do
Plano?

Fundação Cuidar o Futuro

6. A aplicação ^{positiva} de um Plano, elaborado de acordo com as orientações básicas do presente Programa, dependerá, no entanto, em última análise, do grau de adesão manifestado pelo povo português aos objectivos propostos.

O ataque energético aos problemas da conjuntura, bem como o relançamento da economia, vão exigir cauções difíceis ~~para~~ evitar custos, pesados sacrifícios.

Ninguém dispõe, em parte alguma do mundo, de "fórmulas mágicas" que permitam resolver, de um dia para o outro, os difíceis problemas postos às débéis economias de países que, como Portugal, se encontram numa zona indefinida entre o sub-desenvolvimento e o avanço para o desenvolvimento. Não há receitas exclusivas que garantam resultados absolutamente seguros. Há, sim, um longo e árduo caminho a percorrer, tendo como alvos intermédios os objectivos enunciados no "Programa do MFA" e que o presente "Programa de Política Económica do Governo Provisório" explicita.

A via que se anuncia é, pois, de dificuldade e não de facilidade.

As portuguesas Fundação Cuidado o Futuro em procurar lugares para trabalho e total dedicação a causa da reconstrução nacional. É absolutamente imperativo o aumento em termos absolutos da produção nacional.

Este objectivo não será alcançado, sem uma profunda e generalizada convicção por parte das classes trabalhadoras de que o fruto do seu trabalho e da sua dedicação revertirá, em última instância, em seu próprio benefício.

As garantias oferecidas pelo Governo Provisório a este respeito encontram-se claramente expressas na orientação, já definida, da subordinação dos objectivos de crescimento económico às exigências da construção duma "sociedade mais igualitária e mais justa" e nomeada aos objectivos sociais definidos tudo em conh. a 51 do estatuto do governo provisório.

Após a tarefa de reconstrução nacional, feita a par de duro trabalho e profunda dedicação, exigirá, em seguida, grande disciplina e sentido das responsabilidades.

Reconhece-se que a grande massa dos trabalhadores

→
cuidado part.
aos benef. sociais.

portugueses, acusados muito injustamente por situações de
maior equilíbrio nas relações de trabalho, por ~~uma~~ níveis de
remunerações mais equitativas, por formas mais participadas
de gestão do sistema produtivo, tanto no sector público como
privado. Mas também é ferozmente reconhecido-se que nem
ocupa os meios utilizados para alcançar tão justos fins
formas e meios responsáveis e operacionais. Tem-se confun-
dido demasiadas vezes democratização com indisciplina,
instaurando-se em muitas empresas e serviços métodos autor-
itários e de substituição do velho pelo novo, que se tem
aproveitado ao oportunismo, o carreirismo ou o aventureiri-
smo daqueles que, manipulando de forma ostensiva e irres-
ponsável a consciência da esmagadora maioria dos trabalha-
dores, pretendem instaurar a contestação permanente de
toda a autoridade posto em sério risco a evolução programada
e a consolidação da nova ordem democrática.

Nesta ordem de ideias, é indispensável que os trabalhadores
portugueses tenham confiança no seu governo, sabendo que
este se mantém atento e interessado no saeuimento da
vida pública, a todos os níveis, mas simultaneamente dispostos
a não pactuar com as tendências decaegógicas reveladas no
seio do corpo social e que tem sido a causa principal de perda
de confiança no ~~o~~ processo político em curso por parte de
muitos sectores, de paralisia ^{causada} ou perda de dinamismo em
vários ramos de actividade económica do sector privado, e de
crise de autoridade e consequente diminuição das responsa-
bílidades de largos espaços da administração pública.

Tudo isto provoca consequências ^{negativas} muito sérias no funciona-
mento do aparelho produtivo no seu conjunto, incompatíveis
com a urgência da recuperação do sistema económico e
do relançamento da economia nas perspectivas de recons-
trução nacional.

Por último, finalmente, torna-se necessário acentuar
que não é possível o trabalho produtivo, seja dos que têm
que pensar, planejar e ~~decidir~~ decidir, seja dos que
têm que executar, num clima de instabilidade provocado
pelo excessivo de impaciência.

A impaciência pela execução das reformas necessárias é, ~~sendo~~ ^{sendo} ainda, um factor de progresso, e não se converter em ameaça constante para o trabalho reflectido e sereno (o que não exclua a imagem de dinamismo nas ~~de~~ ^{das} decisões), ou em permanente risco de falta de consolidação das modificações que se vão operando. A impaciência levada ao extremo conduz necessariamente às decisões apressadas e pouco amadurecidas, que soam um factor negativo na edificação de uma nova sociedade.

A ultra-impaciência é um fenómeno contra-revolucionário que favorecerá, em qualquer caso, as forças da reacção e mancha as forças de progresso.

~~As~~ ^{As} ~~partidas~~ ^{partidas} ~~políticas~~ ^{políticas}, aos sindicatos, às associações patronais, às ~~partidas~~ ^{partidas} ~~dos~~ ^{dos} ~~trabalhadores~~ ^{trabalhadores}, manuais e intelectuais, organizados ou individualmente, caberá, entre outras, a tarefa de mobilização ~~de~~ ^{de} todo o povo português em torno do objectivo final a médio prazo, a reconstrução nacional, sabendo que isso representa trabalho duro, ~~disciplina~~ ^{disciplina} maior disciplina e maior agudo sentido das responsabilidades individuais e colectivas.

Com isto não se pretende escamotear a realidade das diferenças e conflitos entre ~~as~~ ^{as} ~~partidas~~ ^{partidas} ~~políticas~~ ^{políticas} a que correspondem interesses ~~antagónicos~~ ^{antagónicos}. O que se pretende ^{destacar} ~~sublinhar~~ é que Portugal se encontra num momento único da sua história em que a todos deve ser exigido o máximo do seu esforço para a construção e consolidação d'uma autêntica sociedade democrática, sabendo-se que o Governo Provisório e o MFA, legítima sede de todo o poder político, independentemente que seja do poder económico, seguem-se por critérios que os inibem de fazer pagar em exclusivo as classes trabalhadoras o preço dos sacrificios ~~exigidos~~ ^{pedidos}. Se o momento presente é difícil e o futuro se apresenta encoberto de dificuldades, por todos deve ser partilhadas essas dificuldades e não somente por aqueles que nada mais possuem ^{senão} a sua força de trabalho.

(*) Neste sentido, as lutas reivindicatórias das classes trabalhadoras são legítimas, mas elas devem ter em consideração o especial momento histórico que atravessamos, por falta de realismo político ou de pacífica indolência do processo histórico.

Fundação Cuidar o Futuro

podem as classes trabalhadoras voltar contra si próprias, mesmo as mulheres que utilizam na luta pela ~~obtenção~~ satisfação de benefícios imediatos.

7. Uma das funções condicionantes da nova política económica, realmente colocada "a serviço do povo português", é a definição de uma política de consumo padroeiro de consumo, ajustada à realidade económica e social do país.

Amélia Bastião

①

A recuperação e o relançamento da economia, bem como a edificação de uma "sociedade mais igualitária e mais justa", passa necessariamente por opções muito nitidas quanto aos "padroes de consumo" a adoptar, no presente e no futuro próximo.

A regra ^{geral} a seguir, nesta matéria, terá forçosamente de ser a da austeridade.

Austeridade, significará, ^{antes de mais,} uma muito maior sobriedade em consumo de bens ou superfluos. As camadas da população mais atingidas por medidas que venham a impor uma muito maior rigidez ~~de consumo~~ de acesso aos bens não essenciais ou pouco importantes, serão as que até hoje ~~se~~ conheciam ^{particularmente} ~~facilmente~~ ^{facilmente} superáveis para obtenção de ~~diversos~~ ^{diversos} ~~benefícios~~ ^{benefícios} menores bens; portanto, as classes mais favorecidas da população.

Com o termo de austeridade quer-se significar redução, e essencialmente, a predominância do decréscimo do consumo dos ^{consumos} colectivos face aos consumos individuais.

E se a austeridade ~~se~~ ^{que} é o eixo geral em que tem de ^{mergulhar} ~~desenvolver~~ o esforço de reconstrução, atinge ainda, portanto, todas as classes e camadas da população, a orientação da política de consumos que privilegie os equipamentos colectivos (transportes, educação, escolas, hospitais, habitação social ^{colectiva}), ~~deve~~ ^{deve} ~~ser~~ ^{ser} ~~uma~~ ^{uma} ~~grande~~ ^{grande} ~~preocupação~~ ^{preocupação} das classes trabalhadoras das ~~suas~~ ^{suas} ~~próprias~~ ^{próprias} ~~carências~~ ^{carências} sentidas no plano individual.

②

Reconhece-se, ^{entretanto}, que os espectáculos de grande parte da população portuguesa, em face das mudanças operadas com o "25 de Abril", se pulariam em termos

→ (xx) Há as necessidades de recuperação da economia portuguesa
virão a impor, certamente, ~~em~~ um alargamento das res-
trições a outros tipos de bens de que são largamente
consumidores, e ainda, muitos favorecidos da popu-
lação. ~~Por isso~~ Isto exigirá um grande esforço de
compreensão e uma vontade muito clara de aderir
ao projecto colectivo de reconstrução nacional.

Fundação Cuidar o Futuro

da satisfação imediata de carências há longo tempo ^{experimentadas.} ~~estudadas.~~
Em face desta situação, há que afirmar claramente que a
sociedade de abundância não se conquista dum só vez;
que para lá chegar é necessário muito trabalho e a renúncia,
~~to~~ no imediato, a formas de vida correntes nas sociedades
europeias mais desenvolvidas; e que a sociedade mais justa
que pretendemos construir passa também por uma reflexão
e um debate muito amplo sobre a natureza e a eficaci-
dade dos bens produzidos ~~no~~ no processo de ^{desenvolvimento} ~~desenvolvimento~~
económico em que todos os portugueses ~~estão~~ ^{estão} ~~estão~~ ^{estão} en-
penhados.

Fundação Cuidar o Futuro